



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO N° DE 2008
(Do Sr. DUARTE NOGUEIRA)

Solicita que seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Sr. **JORGE RACHID**, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os motivos que o levaram a deixar o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil, na data de 31.07.2008.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, seja convidado para comparecer a esta Comissão, o Sr. JORGE RACHID, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os motivos que o levaram a deixar o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil, na data de 31.07.2008.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Fazenda, no dia 31 de julho de 2008, divulgou a seguinte Nota, em seu site, comunicando a saída do Secretário Jorge Rachid da Secretaria da Receita Federal do Brasil:

“Jorge Antonio Deher Rachid deixa hoje o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB). Para seu lugar foi convidada e aceitou o convite Lina Maria Vieira, atual Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal.



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Lina Maria Vieira é funcionária de carreira desde 1976, tendo sido por duas vezes secretária da Fazenda do Rio Grande do Norte. É Presidente do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, destaca os excelentes serviços prestados ao País por Jorge Rachid, há muitos anos dirigindo a instituição. (www.fazenda.gov.br)

O jornal Folha de São Paulo de 01 de agosto de 2008 publicou:

“Com secretária, Receita passa ao controle do PT pela primeira vez

Com a posse de Lina Vieira na Secretaria da receita federal, o órgão passará ao controle petista pela primeira vez no governo Lula. Rachid era remanescente da equipe de Antonio Palocci e indicação de Everardo Maciel, ex-secretário da Receita no governo FHC. O ministro da fazenda, Guido Mantega, já havia tentado afastar o secretários pelo menos duas vezes, mas foi dissuadido por Lula pelo fato de Rachid comandar a arrecadação federal.

Demissão de Rachid reforça PT na Receita

Segundo homem de Guido Mantega na Fazenda, Nelson Machado deve controlar órgão com a saída do ex-secretário

Pego de surpresa pela demissão, Rachid havia se enfraquecido com denúncias contra seus assessores na Receita

Guido Mantega e a nova secretária da Receita, Lina Vieira, no Ministério da Fazenda
LEANDRA PERES

VALDO CRUZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de cinco anos e sete meses de governo Lula, a Receita Federal ficará sob controle petista. O ministro Guido Mantega (Fazenda) deu posse ontem a Lina Vieira, funcionária de carreira do órgão, indicada para o posto pelo secretário-executivo Nelson Machado.

Segundo homem do Ministério da Fazenda, o petista Machado é apontado como o assessor escolhido pelo chefe para controlar a Receita Federal, tida como muito autônoma durante o período de Jorge Rachid à frente do órgão.

Desde o início do governo Lula, petistas tentavam derrubar Rachid, último remanescente da equipe do ex-ministro Antonio Palocci e classificado de tucano por



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

ter sido uma indicação de Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal no governo FHC.

Uma das munições usadas para enfraquecer Rachid era sua proximidade com um grupo de assessores da Receita acusados de negociar com empresas mudanças de legislação tributária -já demitidos.

Mantega já havia tentado afastar Rachid pelo menos duas vezes, mas foi dissuadido pelo presidente Lula pelo fato de ele comandar uma área considerada estratégica: a arrecadação federal, que saltou de R\$ 35,7 bilhões em janeiro de 2003, em valores atualizados, para R\$ 54,4 bilhões no mês passado.

Na última tentativa, aliás, o ministro quis indicar Nelson Machado para o posto, diante da fusão da Receita Federal com a Receita Previdenciária. Machado, ex-ministro da Previdência, acabou sendo indicado para a secretaria executiva da Fazenda.

Agora, com o processo de fusão das duas receitas concluído, o governo avalia que não há mais risco na troca de comando, que ficará com Lina Vieira, técnica do órgão e ex-secretária de Tributação do Rio Grande do Norte.

Segundo a Folha apurou, Rachid foi pego de surpresa pela demissão. Ao longo da quarta-feira, despachou normalmente e não deu nenhum sinal de que deixaria o cargo. No início da noite, foi chamado ao gabinete do ministro e informado de sua saída. A essa altura, o decreto de nomeação da nova secretária já havia sido até enviado ao "Diário Oficial" da União, e a decisão, informada a outros assessores do ministério.

A amigos Rachid disse que já esperava a troca dado o desgaste interno. Nos últimos meses, Machado vinha despachando diretamente com os secretários-adjuntos de Rachid e se reunindo com representantes de sindicatos de servidores da Receita Federal para tratar de assuntos do órgão.

A desenvoltura com que Rachid negociava com parlamentares também vinha incomodando a cúpula da Fazenda. Durante as conversas para prorrogação da CPMF, por exemplo, lideranças da oposição preferiam tratar diretamente com Rachid, em vez do ministro Guido Mantega.

Aliados de Rachid comentavam ontem temer que sua saída leve a um aparelhamento do órgão pelo PT. O Ministério da Fazenda contesta essa avaliação e diz que a troca foi técnica e faz parte do processo de renovação da equipe.



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Não houve nenhum esforço por parte do Ministério da Fazenda em cumprir o ritual quase protocolar nas trocas de cargos. A única manifestação do ministro Guido Mantega foi uma nota em que se referiu aos "excelentes serviços prestados ao país por Jorge Rachid, há muitos anos dirigindo a instituição". A cerimônia de posse da nova secretária, Lina Maria Vieira, foi fechada à imprensa, e só permitida a entrada de fotógrafos. O ex-secretário sai em férias a partir de hoje e não haverá período de transição."

"Rachid foi notificado em caso de multa contra a OAS; ele nega

LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dos pontos decisivos que levaram o ministro Guido Mantega a demitir Jorge Rachid do cargo de secretário da Receita foi seu envolvimento no chamado escândalo dos "anfíbios" -o qual sempre negou.

Nesse contexto, uma investigação contra Rachid parada na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional havia dois anos e prestes a prescrever serviu como catalisador para o ministro mudar o comando do fisco.

Em julho de 2003, o então corregedor-geral da Receita Federal, Moacir Leão, abriu dois procedimentos para investigar um auto de infração contra a OAS lavrado em 1994.

A multa contra a construtora caiu de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 25 milhões. Na equipe de fiscais, estava Rachid. Na defesa da empresa, os auditores então licenciados Paulo Baltazar Carneiro e Sandro Martins Silva.

Conhecidos como "anfíbios", os dois foram demitidos por Mantega em maio por improbidade administrativa decorrente de conflito de interesse -ora trabalhavam para a Receita, ora para a iniciativa privada contra o fisco, daí o apelido.

A primeira investigação de Leão foi para apurar suposto enriquecimento ilícito de Carneiro e Silva. A outra, segundo a Corregedoria, por indícios de que a ação contra a OAS teria sido deliberadamente inflada pelo grupo de Rachid para permitir que os "anfíbios" lucrassem com a derrubada da multa.

Carneiro e Silva, como consultores da OAS, ganharam mais de R\$ 18 milhões no caso. Anos mais tarde, ao assumir a chefia da Receita, Rachid alçou Silva a seu assessor especial.



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Em junho de 2005, o ex-ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) decidiu tirar Leão da Corregedoria. Em fevereiro, o substituto de Leão, Marcos Mello -auditor afinado com Rachid-, declarou-se impedido de investigar o secretário. Em junho, Mello encaminhou o caso ao ministro Mantega, que o repassou à Procuradoria da Fazenda. Só no mês passado, após mais de dois anos, a Procuradoria enviou ao ministro o parecer, que teria pontos favoráveis a Rachid. No entanto, segundo a Folha apurou, o ministro não estaria disposto a arquivar a investigação. Dessa forma, não teria condições de manter Rachid no cargo e autorizar a reabertura do caso.

Assim, teve mais um motivo para trocar o comando do fisco, o que esvazia a importância da decisão de engavetar a ação.

O desgaste de Rachid se aprofundou em fevereiro de 2006, quando a comissão de inquérito da Corregedoria o notificou no caso OAS. Ele, então, passou a ser acusado formalmente. Uma semana depois da notificação, a Corregedoria afastou os três integrantes da comissão de inquérito. Pouco tempo depois, a Corregedoria abriu cinco procedimentos de inquérito contra o ex-presidente da comissão que investigava Rachid. Em abril, Rachid virou réu num processo de improbidade administrativa acusado pelo Ministério Público Federal de obstruir a investigação da Corregedoria no caso.

Neste ano, os integrantes da ex-comissão de inquérito que investigava Rachid foram inocentados no último dos cinco processos, após terem provado, em todos os casos, que não cometeram irregularidades durante os trabalhos.”

Em sua edição de 1º de agosto de 2008, o jornal Correio Braziliense publicou:

“Demissão nebulosa

Rapidez com que substituição de Jorge Rachid foi feita e caráter sigiloso dado ao assunto pela Fazenda causaram estranheza até dentro do governo. Defensores de Mantega comemoram desmonte da era Palocci

Edna Simão e Vicente Nunes

Da equipe do Correio

A demissão de Jorge Rachid do comando da poderosa Secretaria da Receita Federal, antecipada ontem pelo Correio Braziliense, tornou-se um dos fatos mais



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

nebulosos do governo Lula. Decidida de forma bastante rápida para o histórico da administração petista, de protelação e frituras públicas, a queda motivou questionamentos e suposições por todos os lados, estimulados pela decisão do Ministério da Fazenda de tratar o assunto como sigiloso. “Não há dúvidas de que muita coisa ainda precisa ser explicada sobre esse assunto”, disse um ministro próximo de Lula.

Defensores do ministro da Fazenda, Guido Mantega, trataram de justificar a demissão de Rachid como uma vitória. “Foi o fim da era Palocci”, destacou um dos aliados, referindo-se ao desmonte gradual da estrutura montada pelo ex-ministro e hoje deputado federal Antônio Palocci (PT-SP). Desde que tomou posse no ministério, há 27 meses, Mantega foi, paulatinamente, substituindo os secretários nomeados pelo antecessor. A cada troca, era como se limasse um fantasma de Palocci, a quem acusa, nos bastidores, de ser o mentor de notícias de que estaria para ser demitido “a qualquer momento”. Antes de Rachid, Mantega havia promovido o “afastamento branco” de Bernard Appy. Ele foi transferido da Secretaria de Política Econômica para uma secretária extraordinária a ser criada com a missão de cuidar das reformas constitucionais. A futura secretaria ficará em São Paulo, bem longe de Brasília.

No processo de substituição, Mantega deixou a Receita Federal para o final. Primeiro, por ser um órgão altamente técnico e corporativista. Segundo, porque precisava encontrar alguém de carreira e de sua extrema confiança para comandar a autarquia responsável pela arrecadação anual de mais de R\$ 600 bilhões. Em maio de 2007, quando convidou a advogada Lina Maria Vieira para a Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal, no Recife, viu uma chance concreta de assumir o controle da Receita. Lina tinha o respaldo de sua passagem pela Secretaria de Tributação do Rio Grande do Norte, nas gestões da governadora Wilma de Faria (PSB), e, principalmente, o aval do braço direito do ministro, o secretário-executivo do ministério, Nelson Machado.

Suspeitas de fraudes

A substituição de Rachid por Lina — que ontem logo depois de tomar posse em uma cerimônia fechada passou todo o dia despachando no gabinete do ministro — também foi atribuída a suspeitas de envolvimento do ex-secretário em um esquema



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

de fraudes montado na Receita. Dois ex-auxiliares de Rachid, Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro, foram acusados de comandar um esquema de mudanças na legislação tributária que resultavam em generosos benefícios a empresas devedoras, como a Fiat, a construtora OAS e a rede de fast-food McDonald's. Multas próximas de R\$ 1 bilhão eram reduzidas para cerca de R\$ 20 milhões.

No ministério, garante-se que a Procuradoria da Fazenda tentou arquivar o processo administrativo por improbidade contra Rachid, mas a consultoria jurídica de Mantega o aconselhou a recusar tal proposta. O grupo favorável ao ex-secretário afirmou que o processo é absurdo, que Rachid é um dos técnicos mais competentes que já passaram pela autarquia. O mesmo grupo acusou o ministro de estar trocando o caráter técnico do órgão pela politização ao nomear Lina. Ela figura, porém, em uma lista preparada pela Unafisco, o sindicato dos fiscais da Receita, como um dos 10 auditores mais preparados para capitanear a autarquia.

Muito deprimido pela forma como foi defenestrado do cargo, Rachid foi econômico aos falar do assunto. Ao chegar ontem ao ministério, disse apenas que deixava o cargo sem ressentimentos. Logo em seguida, reuniu-se com os coordenadores do Fisco para anunciar sua saída do cargo. Na conversa, afirmou que agora vai tirar férias para, depois, definir seu futuro profissional.

Longe do ministro

JOAQUIM LEVY

Foi transferido da Secretaria do Tesouro Nacional para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pouco antes de Mantega ser nomeado para o Ministério da Fazenda. Os dois sempre bateram de frente por causa de posições divergentes sobre a política econômica do governo

BERNARD APPY

Desde que assumiu a Fazenda, Mantega queria demitir Appy da Secretaria de Política Econômica por considerá-lo próximo de Palocci. Não conseguiu porque Appy é querido no Palácio do Planalto. Agora, Mantega lhe deu uma secretaria extraordinária baseada em São Paulo

JORGE RACHID

Caiu da Secretaria da Receita Federal. Era o último dos secretários do primeiro escalão da Fazenda nomeado por Palocci. Há várias versões para sua demissão,



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

desde a de que o cargo foi negociado politicamente até seu envolvimento em operações suspeitas de redução de multas a grandes empresas

Leoa marqueteira substitui lobo solitário

O estilo reservado de Jorge Rachid — que chega a ser comparado a um lobo solitário — de comandar a Receita Federal foi substituído pela leoa marqueteira, Lina Maria Vieira. A advogada mineira, de 57 anos, deixou a Superintendência Regional na 4ª Região Fiscal (que inclui Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas), no Recife, para ser a primeira mulher a comandar o Fisco no país. A expectativa, pelo menos do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é de que não ocorra ruptura na forma de conduzir o órgão, ou seja, se tenha uma transição semelhante à de Everardo Maciel para Rachid. Uma coisa é certa, os sucessivos recordes de arrecadação devem ser mantidos. Mas que ninguém se engane de que mudanças serão implementadas ao longo do tempo.

Rachid ocupou o cargo de secretário desde o primeiro dia do governo Luiz Inácio Lula da Silva por indicação de seu antecessor, Everardo Maciel. Lina chegou ao posto vista como uma indicação meramente política. Essa relação é feita porque ela ocupou a Secretaria de Tributação, por duas vezes, na gestão da governadora socialista Wilma Faria. Mas o responsável pela apresentação do nome da mineira foi o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, o petista Nelson Machado.

Muitos auditores da área dizem, no entanto, que Lina tem uma qualificação técnica fraca. Sem contar que sempre se preocupou bastante em alardear seus feitos e conquistas. Se esse perfil for mantido, a Receita Federal estará mais presente nas páginas dos jornais. Os auditores fiscais consideram isso bom, pois Rachid sempre foi fechado a negociações.

Experiência

Independentemente de indicação política, Lina tem uma vasta experiência. Formada em advocacia pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em São Paulo, ela é pós-graduada em direito tributário pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). De 1995 a 1998, atuou como secretária de tributação do governo do estado do Rio Grande do Norte. Em 2003, assumiu novamente o cargo, no qual ficou até 2007. “A nova secretária tem um bom embasamento técnico. Exerceu cargos importantes. Ninguém permanece muito tempo em uma função apenas por indicação política. Vamos ver o trabalho dela”, afirmou o presidente do Sindicato



06F26E8D54



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), Pedro Delarue.”

A presença do Sr. Jorge Rachid a esta Comissão é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos relacionados a sua saída, tendo em vista que a arrecadação federal, em sua gestão à frente da Secretaria da Receita Federal do Brasil passou de R\$ 35,7 bilhões em janeiro de 2003, em valores atualizados, para R\$ 54,4 bilhões em julho de 2008.

Sala das Sessões, em de agosto de 2008.

Deputado DUARTE NOGUEIRA
PSDB - SP



06F26E8D54